



## **UMA PROPOSTA EDUCACIONAL: ENSINO MÉDIO OU ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL?**

Autora: Edizia Cristina Fernandes do Nascimento

Orientadora: Ana Estela Brandão Duarte

*Escola de Referência em Ensino Médio Dom João da Mata Amaral*

*e-mail – esc.djoaomamaral@hotmail.com*

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar da decadência a ascensão da educação no estado, que ao longo dos anos foi sucateada e necessitava de uma nova perspectiva no âmbito estadual para melhoramento em todas as etapas da educação básica. Para tanto foi necessário conhecer como estava a estrutura física e pedagógica no estado, como se deu o processo de transformação com os municípios para o ensino fundamental e o fortalecimento no ensino médio com a implementação da educação em tempo integral, criando as escolas de referência, que deixa de ser um experimento, em poucas escolas, e passa a ser uma Política Pública, com um percentual considerável de escolas de referência, expandindo a todos os municípios do estado, respaldada na legislação educacional com a finalidade de promover mudanças significativas nessa etapa de ensino para reinventar toda uma estrutura e desencadear novas perspectivas de aprendizagens, trazendo para o contexto novas práticas pedagógicas. A pesquisa é baseada em estudos bibliográficos e fenomenológico, com arcabouço teórico na legislação educacional federal e estadual, que regulamentam e orientam a organização escolar, na modalidade integral. Esse novo modelo de educação, com jornada ampliada traz uma outra forma de ofertar o ensino, baseado na qualidade, buscando parceiros, empreendendo no sistema educacional para transformar a formação do indivíduo como um todo, em seus aspectos físicos, cognitivos, estéticos, éticos, sociais e afetivos.

### **PALAVRAS CHAVE:**

Ensino Médio, Políticas Públicas, Educação em Tempo Integral.

## Introdução

O presente artigo é resultado de uma caminhada vivenciada em comunidades educacionais heterogêneas, e com isto pode-se dizer “[...] que se entusiasma com a ideia de abrir-se à integração e transformar a escola em espaço de articulação de políticas governamentais e iniciativas comunitárias, aperfeiçoando a relação dialógica escola-comunidade e a gestão democrática” (SEB/MEC, p. 6, 2011). Sendo assim, acredita-se no crescimento qualitativo e humano da educação em nossas escolas, podendo evidenciar o crescimento da educação em tempo integral, de forma ampliada e, perpassando pelo atendimento do aluno na sua integralidade.

De modo geral a Política Pública para a Educação Básica, na modalidade de Educação Integral, é legalmente, respalda na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, no qual faz referência a responsabilidade educacional do Estado e da Família, pois ambos deverão acompanhar a educação de crianças e jovens ou de seus filhos para oportunizar a formação deles como cidadãos; na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, reforça em seu Art. 2º essa responsabilidade; e no Plano Nacional da Educação – PNE, na Meta 6, trata da oferta de educação em tempo integral, com a necessidade de oportunizar às crianças e jovens um mundo com aprofundamento em sua escolaridade para que tenham acesso a formação com qualidade.

Nessa perspectiva de mudança no processo educacional, surge com a finalidade de garantir acesso à educação de qualidade de jovens ao ensino médio, buscando implementar ações efetivas, utilizando estratégias de ensino diferenciadas e incorporando-as ao dia-a-dia da sala de aula para fortalecer o currículo e diversificar a prática pedagógica ofertada aos jovens.

Considerando que, a educação em Pernambuco encontrava-se em decadência e sem muitas perspectivas de crescimento, carecendo de novas ideias, iniciou-se um processo de reestruturação no Sistema de Ensino Estadual, buscando transformar o ensino e diversificar a prática pedagógica, com a finalidade de reordenamento da política pública, com foco na qualidade, pactuando com os municípios a educação para o ensino fundamental, fortalecendo o processo de alfabetização e a formação do indivíduo na sua integralidade; buscou também reestruturar o ensino médio, abrindo espaço para pôr em prática questões pedagógicas de forma diferenciada, com outros aportes necessários para fomentar a educação, considerando a

possibilidade de tirar o estado do rank nacional como pior educação do país, pactuando com o governo federal na perspectiva de transformação e reforço em todas as instâncias.

O cenário da pesquisa dialoga com a situação de decadência da educação no estado com a nova proposta de educação em tempo integral, que vai transformar a estrutura pedagógica e física das escolas estaduais, proposta pelo governo, e idealizada como Política Pública do atendimento escolar em sua integralidade, buscando evidenciar as questões das práticas escolares e as inquietações profissionais desenvolvidas ao longo dos tempos no estudo e no trabalho, falando um pouco sobre o desenrolar das ações propostas pelo estado, nas quais apresentam em suas características questões que envolvem o ensino integral implementado nas escolas estaduais de referências em Pernambuco.

Essa trajetória se intensifica com o propósito de conhecer melhor a aplicabilidade das ações a serem desenvolvidas pelo programa: a filosofia, as estratégias pedagógicas, a metodologia, a gestão democrática, formação dos professores e da equipe gestora, os resultados do fluxo escolar aliado aos estudos teóricos, metodológicos e nas observações empíricas e fenomenológicas que justifica o desenvolvimento da presente pesquisa.

Diante desse contexto, Pernambuco procurou fomentar a política pública de educação em tempo integral nas diversas regiões do estado, buscando beneficiar um maior número de alunos do litoral ao sertão. Nessa perspectiva o estado visava atender todos os municípios do estado para obter melhores resultados avaliativos e seu fluxo escolar, procurando elevar a escolaridade das crianças e jovens. Todavia o estado percebe que o investimento nesta modalidade proporcionará um diferencial aos alunos dando-lhes novas perspectivas, deixando de lado a premência de que o ensino médio, ofertado nas escolas estaduais necessitava de uma nova roupagem, visto que o desempenho de nossos alunos estava abaixo da média nacional, deixando lacunas na sua formação pedagógica e profissional. Por causa disso iniciou-se novos investimentos nesta etapa de ensino dando ênfase na modalidade integral e adotando Políticas Públicas, que estabelecessem metas propositivas com novas práticas pedagógicas e organização curricular para o Ensino Médio, redimensionando o tempo e o espaço escolar no sentido de estabelecer políticas educacionais voltadas a implementação do ensino aprendizagem na formação integral do cidadão.

Neste contexto, o problema do artigo, reflete acerca da importância das políticas públicas para educação em Pernambuco, analisando sua implementação, objetivando identificar o modelo de educação integral, conhecendo a legislação que alavancou o crescimento dessa

modalidade na educação e as causas que contribuíram para a transformação do ensino médio; a filosofia do programa que serviu de instrumento para reflexão e dos resultados conquistados elevando-o para o primeiro lugar no rank nacional.

Considerando todos os ângulos do objeto de estudo, podemos evidenciar que o caminho para desenvolver políticas públicas de qualidade na educação, necessita que aborde conceitos e práticas significativas, valorizando a questão humana do ser, proporcionando o desenvolvimento pleno do indivíduo como parte do meio, sendo o construtor de sua própria cidadania, na qual se constitui a participação de sujeitos envolvidos no processo educacional.

Com isso observamos que a realidade de mundo pode ser melhor compreendida se considerarmos o processo de evolução dos fatos existentes até os dias atuais e aquilo que encontramos como subsídio para confrontarmos com nossa realidade, observando o contexto de desenvolvimento do programa de Educação Integral em Pernambuco.

Inicialmente iremos considerar a estrutura existente, em decadência, com escolas sucateadas e profissionais desestimulados para mudar essa realidade. Era necessário engajar na luta e colocar em prática tudo que era possível, possibilitando novas perspectivas e criar um novo viés que entusiasmasse não apenas os profissionais, mas acima de tudo os alunos nessa nova jornada. Podemos, ainda, aportar a legislação que fala sobre educação em tempo integral, assim como em alguns documentos que surgem para implementar e orientar para o fortalecimento e a valorização do magistério ofertado pelo governo federal.

Observamos que,

O Estado brasileiro vem desenvolvendo políticas redistributivas no combate à pobreza, mas são as políticas educacionais as mais importantes quando se deseja romper o ciclo de pobreza e de destruição ambiental, p.30, SEB/MEC, 2011.

Para tanto é importante que todos: união, estados e municípios estejam engajados na oferta de educação com qualidade, com jornada ampliada, em tempo integral, proporcionando o crescimento dos cidadãos, assegurado em lei, possibilitando a formação do indivíduo de forma integral e levando-o a refletir sobre sua essência, desenvolvendo competências e transformando a sua realidade.

Partindo desta perspectiva percebemos que o indivíduo desenvolve a capacidade de escolha diante dos acontecimentos que estão em nosso entorno. Sendo assim, Dutra afirma que “os educadores são preparados para contribuir pelo desenvolvimento do potencial (promessas)

que os educandos (estudantes) trazem consigo, nos níveis pessoal, racional, produtivo e cognitivo” (p. 46, 2017).

Consta então, que a necessidade humana de ir em busca de novos caminhos problematizando seu contexto e evidenciando seus resultados é de fundamental importância para o melhoramento e a preparação das novas gerações, interagindo com o mundo, aprimorando com as pessoas, dando sustentação aos princípios e valores humanos.

Dutra afirma que,

Os princípios e valores trabalhados na Educação Interdimensional refletem sobre ética, solidariedade, respeito mútuo, buscando formar jovens com a consciência da necessidade de desenvolver seu carácter de acordo com a visão do homem, de sujeito e de cidadão para uma sociedade mais equitativa. O resultado é caracterizado por educandos com atitude protagonista diante dos estudos, envolvidos com a melhoria da comunidade e estimulados para vida profissional. p. 48, 2017.

Para tanto, observamos que dentro desta perspectiva é possível trabalhar os valores associados ao processo de conscientização dos alunos para com os outros, aprendendo a valorizar não somente aquele momento, mas acima de tudo, as pessoas agindo com responsabilidade social. Sendo assim o indivíduo necessita estar em consonância com sua comunidade e ser capaz de transformá-la e transformar-se, de alterar o meio em que vive, assim como de alçar voos, que os tornem livres para realizar suas escolhas. Portanto não basta apenas promover uma ação pontual é necessário que haja a implementação de políticas públicas, que concebam a real situação desses indivíduos, em querer desenvolver ações condignas para com a sociedade e possibilite o desenvolvimento de seu povo para que a educação predomine no cerne de suas raízes.

Diante desta situação o governo pactua também metas para o desenvolvimento da educação nas escolas estaduais, nas Gerências Regionais e conseqüentemente com a educação num todo. Considerando, portanto, que o processo educacional necessita tomar outros rumos, mas precisa ser acompanhada em suas origens para que o gestor, secretário de educação, conheça quais são os avanços e recuos do Sistema Educacional. Para tanto a Secretaria de Educação realiza esse monitoramento, gerando um documento bimestralmente para conhecer a situação de cada escola, de cada turma, de cada componente curricular e de cada aluno. Para maior controle, tudo isso pode ser verificado a cada bimestre e servir para implementar projetos de intervenção, buscando minimizar as dificuldades no resultado do aluno e conseqüentemente

da escola. Analisando a importância da lâmina do pacto, ferramenta que apresenta todas as nuances do monitoramento, através dela podemos identificar com maior clareza as condições que o aluno se encontra e qual é sua maior dificuldade, obtendo informações relevantes que apresenta o desempenho do aluno, dos professores, da família e da escola.

Sendo assim, observamos que o diferencial da escola comum para a escola integral está dentro da própria estrutura curricular que possibilita ações pedagógicas mais aprofundadas, porque o tempo pedagógico também é outro. É possível desenvolver projetos que favorecem o aprendizado dos alunos, tornando-os mais autônomos. Podemos evidenciar um pouco sobre o protagonismo juvenil em vários momentos, por isso exige que os jovens tenham determinado domínio de suas habilidades para que se tornem verdadeiros líderes, conquistando sua competência. No protagonismo podemos destacar a sua condição humana, na qual protagonizam suas ideias, planejando e executando ações que são vivenciadas na escola. Destacamos ainda o empreendedorismo dentro da escola, que visa estimular a criatividade desses jovens, com uma estrutura autônoma para a idealização de uma empresa, verdadeiros protótipos, que irão alavancar na vida profissional, pondo em prática ideais de vida.

A amostra analisada tem como referência uma escola que oferta as duas modalidades de ensino médio: ensino médio regular e ensino médio em tempo integral, analisando dados estatísticos da escola, com resultados nos últimos três anos do ensino médio e do ensino médio em tempo integral. Essa amostra apresentou um percentual considerável para análise, sendo possível observar o resultado dos alunos durante os anos subsequentes, nos quais mostraram o crescimento na escolaridade e na permanência dos alunos com maior ênfase no ensino médio em tempo integral.

Esses dados foram fundamentados conforme resultados obtidos com os alunos no decorrer dos anos e nas ações desenvolvida pela escola, dialogando entre o contexto histórico e os resultados alcançados por todos. Consideramos, portanto, as questões sociais e políticas do aluno, mostrando caminhos do conhecimento e levando ao empoderamento da produção de saberes, para chegar ao nível do que é possível e do que é desejável.

Na pesquisa utilizamos o paradigma quantitativo na metodologia, dando alusão a dados bibliográficos e ao diário etnográfico, considerando os resultados apresentados no desempenho dos alunos e, no resultado da escola, buscando informações complementares sobre o ensino médio e ensino médio em tempo integral para conhecer a opinião desses alunos, assim como verificar como eles se veem dentro do processo educacional.

Comparamos então os resultados obtidos na escola entre o ensino médio e ensino médio em tempo integral e percebemos um diferencial na trajetória dos alunos em cada curso, a estrutura e a criatividade. Iremos apresentar os resultados dos três últimos anos, considerando matrícula inicial (MI), matrícula final (MF), taxa de abandono (TA), taxa de aprovação (TAp) e taxa de reprovação (TR), nos três anos.

**Tabela 1**

Primeiros Anos	2015		2016		2017	
	Ensino Médio	Ensino Médio Integral	Ensino Médio	Ensino Médio Integral	Ensino Médio	Ensino Médio Integral
<b>Matrícula inicial</b>	67	222	56	297	43	200
<b>Taxa de abandono</b>	21%	0,4%	23%	0,2%	26%	0,3%
<b>Matrícula final</b>	51	189	59	281	36	205
<b>Aprovados</b>	41	165	43	227	35	186
<b>% de aprovados</b>	81%	87%	73%	81%	97%	91%
<b>Reprovados</b>	10	24	16	54	1	19
<b>% de reprovados</b>	19%	12%	27%	19%	3%	9%

Fonte: portal do SIEPE – 22/04/2018 – às 12:10

- **Primeiros anos do ensino médio e ensino médio integral nos anos de 2015, 2016, 2017.**

Analisaremos os primeiros anos podemos na tabela acima, na qual podemos observar que em 2015, no ensino médio (EM) há um quantitativo razoável na matrícula inicial (MI), porém, a sua taxa de abandono (TA) e a de taxa de reprovação (TR) foram um pouco elevada, tendo em seu contexto final taxa de aprovação (TAp) um pouco abaixo do desejável. No ensino médio integral (EMI) necessitava atingir resultados melhores, mas não conseguiu superar algumas dificuldades, apesar da (TA) ser baixa, considerando o número de matrícula a (MF), o resultado alcançado não foi o esperado, tendo a (TAp) abaixo de 90% (noventa por cento), considerando que o programa exige, no mínimo, a proximidade aos 90% (noventa por cento). Em 2016 os resultados não foram tão bons e observa-se que no (EM) foi muito abaixo da média, tendo taxas altíssimas de (TA) e de (TR), com resultados preocupantes. Percebemos ainda que no (EMI) a (TA) foi baixa, mas o resultado na (TAp) não foi tão bom e a (TR) foi um pouco além do esperado. Em 2017 a escola passou a executar os projetos de intervenções, identificando as

dificuldades e intercedendo em prol da aprendizagem, atingindo resultados excelentes tanto no (EM) quanto no (EMI), considerando as (TA), (TAp) e queda na (TR).

Considerando os resultados apresentados nas turmas dos primeiros anos e considerando o universo atendido nas duas modalidades (EM) e no (EMI) os dois primeiros anos não obtivemos bons resultados, mas no terceiro ano observa-se resultados consideráveis, nos quais mostra uma grande redução na (TA) e crescimento na (TAp), principalmente no (EMI).

Na tabela 2 iremos analisar os mesmos aspectos nas turmas dos segundos anos.

**Tabela 2**

Segundos Anos	2015		2016		2017	
	Ensino Médio	Ensino Médio Integral	Ensino Médio	Ensino Médio Integral	Ensino Médio	Ensino Médio Integral
Matrícula inicial	52	196	36	146	44	219
Taxa de abandono	6%	3%	12%	0%	25%	0,2%
Matrícula final	44	175	47	147	25	222
Aprovados	42	169	43	135	22	216
% de aprovados	95%	96%	91%	92%	88%	97%
Reprovados	2	6	4	12	3	6
% de reprovados	5%	3%	9%	8%	12%	3%

Fonte: portal do SIEPE – 22/04/2018 – às 12:10

- **Segundos anos do ensino médio e ensino médio integral nos anos de 2015, 2016, 2017.**

Iniciamos a análise com (EM), no qual percebemos que os resultados em 2015 foram bons, tanto na (TAp), quanto à baixa (TA) e isso acontece com maior intensidade no (EMI). Em 2016 houve uma leve queda nos resultados, afetando o resultado escolar do aluno e da escola, tanto no (EM) quanto no (EMI). Já em 2017 a situação apresentada percebe-se que houve uma grande melhora nos resultados nas duas modalidades, apenas frisamos que no (EM) há uma elevada alta na (TA) e (EMI) essa taxa é quase 0 (zero).



Tabela 3

Terceiros Anos	2015		2016		2017	
	Ensino Médio	Ensino Médio Integral	Ensino Médio	Ensino Médio Integral	Ensino Médio	Ensino Médio Integral
Matrícula inicial	52	127	36	149	49	120
Taxa de abandono	14%	0%	3%	0%	6%	0%
Matrícula final	44	115	39	148	57	134
Aprovados	38	114	39	137	54	131
% de aprovados	86%	99%	100%	93%	95%	98%
Reprovados	6	1	-	11	3	3
% de reprovados	14%	1%	0%	7%	5%	2%

Fonte: portal do SIEPE – 22/04/2018 – às 12:10

- Terceiros anos do ensino médio e ensino médio integral nos anos de 2015, 2016, 2017.

Partindo para análise nas turmas dos terceiros anos, percebemos que no ano de 2015 o resultado no (EM) não foi tão bom, considerando a (TA) e a (TR) que foram elevadas, no (EMI) essas taxas foram muito baixas, dando ênfase a (TAp) que apresenta resultados ótimos. Em 2016 os resultados do (EM) foram melhores do que no (EMI), mas se considerarmos a (TA) no (EMI) ela foi 0 (zero). E em 2017 os resultados tanto do (EM), quanto do (EMI) foram melhores do que nos anos anteriores, levando em conta, principalmente a (TAp) nas duas modalidades.

Enfim, concluímos, que os resultados alcançados não foram tão bons nas turmas de primeiros anos, que é considerado o ponto crítico do ensino médio e do ensino médio integral, período de iniciação numa nova etapa de ensino, da educação básica, esta é considerada preocupante, pois estamos em busca de elementos que proporcionem melhores condições de desempenho dos alunos, no desenrolar do processo educacional.

Podemos verificar então, que os resultados apresentados nas turmas de segundos anos foram bem melhores que nas turmas de primeiros anos, sendo assim notamos que a medida que os alunos vão se familiarizando com o processo educacional no ensino médio ou médio integral, dá a entender que os resultados ficam mais linear e os alunos conseguem se sair melhor, atingindo um índice maior na (TAp), nas duas modalidades.

E, por último nas turmas de terceiros anos, observamos que os resultados são ainda melhores do que nas turmas de segundos e nas turmas de primeiros anos, considerando, principalmente a (TA), a (TR) que são por consequência baixíssimas, chegando a quase 0 (zero) no (EMI). Então, podemos afirmar que no (EM) os resultados foram considerados bons, mas no (EMI) esses resultados são melhores, considerando a (TAp) que é alta, pois o espaço e o tempo na escola, em jornada ampliada, possibilita melhor formação à estes alunos, percebemos também, que a (TA) e a (TR) é quase 0 (zero), deixando claro, que cada vez mais (EMI) vem se fortalecendo e apresentando os melhores resultados que o estado almejava, possibilitando um crescimento na escolarização de seu povo.

Sendo assim podemos afirmar que no (EMI) é o processo educativo que possibilita a formação do indivíduo como um todo, ou seja, nos seus aspectos físicos, cognitivos, estéticos, éticos, sociais e afetivos. Dessa forma o (EMI) não é apenas um aumento do tempo do aluno na escola, mas serve para proporcionar a estes alunos aprendizagens significativas e diferenciadas em todo o seu contexto, aplicando-o como territórios educativos e inserindo-o no processo educacional todos que fazem parte: alunos, comunidade, professores, gestores e demais funcionários da escola para que assim ocorra a integração. Com isso podemos dizer que a Escola em Tempo Integral proporciona a aquisição da autonomia, da democracia, de valores e do protagonismo juvenil, tornando-os conscientes de seus direitos e deveres, na construção de sua própria cidadania.

## **Bibliografia**

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Pedagogia da Presença; da solidão ao encontro*, Belo Horizonte - MG; Modus Faciendi, 2001. 2ª edição.

DUTRA, Paulo Fernando de Vasconcelos. *PROGEPE: Módulo de Educação Integral e Profissional* / Paulo Fernando de Vasconcelos Dutra, Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 2017.

\_\_\_\_\_, *Educação Integral no Estado de Pernambuco: Uma política pública para o ensino médio*/Paulo Fernando de Vasconcelos Dultra, - Recife – Editora UFPE, 2014.

*Educação comparada: panorama internacional e perspectivas; volume um* / organizado por Robert Cowen, Andreas M. Kazamias e Elaine Ulterhalter. – Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.

FERREIRA, António Gomes. O sentido da Educação Comparada: Uma compreensão sobre a construção de uma identidade, Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. Educação, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 124-138, maio/ago. 2008.

INEP. “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. – v. 1, n. 1 (jul. 1944). – Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1944 – Publicação oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr. 2005.

MEC – Ministério da Educação:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13439&Itemid=1038](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439&Itemid=1038). Data 06/09/2017, às 17 horas.

\_\_\_\_\_ <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao>. Data 27/09/2017, às 20 horas.

MEC – Ministério da Educação/SEB – Secretaria de Educação Básica, Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada, Brasília, 2011;